



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - CANAN
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

CARLA FERREIRA LOPES DO NASCIMENTO

**PARA QUE EDUCAR NO GRÃO- PARÁ? INSTRUÇÃO PÚBLICA E COLÉGIOS
PARTICULARES (1862-1870)**

ANANINDEUA

2026

CARLA FERREIRA LOPES DO NASCIMENTO

**PARA QUE EDUCAR NO GRÃO- PARÁ? INSTRUÇÃO PÚBLICA E COLÉGIOS
PARTICULARES (1862-1870)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de História, do Campus Universitário
de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará,
como requisito para obtenção do título de
Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sidiana da Consolação
Ferreira de Macêdo

ANANINDEUA

2026

CARLA FERREIRA LOPES DO NASCIMENTO

**PARA QUE EDUCAR NO GRÃO- PARÁ? INSTRUÇÃO PÚBLICA E COLÉGIOS
PARTICULARES (1862-1870)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de História, do Campus Universitário
de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará,
como requisito para obtenção do título de
Licenciada em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sidiana da Consolação
Ferreira de Macêdo

Data de aprovação: 14/07/2026

Conceito: Excelente

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo
Universidade Federal do Pará

Pof.^o Dr. ^o José Maia Bezerra Neto
Universidade Federal do Pará

“Para que todos vejam, e saibam, e considerem, e juntamente entendam que a mão do Senhor fez isto, e o Santo de Israel o criou” (ISAÍAS 41:20).

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Pai, ao Deus Filho e ao Espírito Santo dedico este trabalho. À Santíssima Trindade, que é digna de toda honra e toda glória, ofereço minha gratidão. Digo que, se não fosse este Deus, eu não teria trilhado essa trajetória nem conseguido concluí-la, pois foi Ele quem colocou esses sonhos no meu coração. Ele foi meu sustento espiritual, minha força e meu consolo nos momentos em que eu me sentia incapaz.

Dedico à minha avó Terezinha Ferreira, que desempenhou um papel fundamental na minha vida. Em um período difícil ela me amparou. Hoje ela não está mais aqui, mais imagino que se tivesse, diria: “Olha minha filha vai ser professora. Glória a Deus!”

A você, minha eterna avó, ofereço esta minha conquista e lhe devo gratidão por a senhora ter ocupado um lugar de mãe em minha vida. Eu nunca vou esquecer a sua voz, que me contava tantas histórias da sua vida, marcadas por sinais de luta, mas que me deixaram um legado.

Realizo um desejo: concluir um curso de ensino superior que para mim era quase impossível, pois, após o término do meu ensino médio, não tive a oportunidade de ingressar em uma faculdade. Aos 19 anos, inseri-me no mercado de trabalho e lá permaneci por 11 anos. Por motivos de necessidade, precisei trabalhar desde muito nova. Porém, nunca perdi a esperança de ingressar no nível superior, tive como exemplo minha irmã, Thaís Lopes, que foi a primeira da minha família a se formar em uma faculdade pública.

Recebi um conselho de uma ex-colega de trabalho, que me disse: “Se você quiser fazer uma boa prova do Enem, estude estrutura de redação”, para mim era muito difícil voltar a estudar após anos longe da sala de aula. Mas assim eu fiz, estudei redação e demais assuntos de forma autônoma em casa e, em 2022, fui aprovada em uma faculdade pública. Agradeço às pessoas que foram importantes nesse processo.

Agradeço ao meu companheiro, Ademir Barreto, por ter sido e continuar sendo meu apoio, agradeço por sua companhia. Que possamos traçar mais caminhos juntos, especialmente agora, com a chegada do nosso filho, Júlio Ismael. Meu filho, saiba que sua mãe o ama profundamente, e sempre lutará para que você seja um homem de bom caráter.

Agradeço à minha irmã, Thaís Lopes por sempre ter me incentivado a fazer faculdade. Agradeço seu apoio, sua história também sempre foi motivação para eu não desistir do meu objetivo de ingressar no ensino superior.

Agradeço aos meus amigos de faculdade: Narciso, Vinicius, Kamilly, Gabriel e João. Vocês foram importantes para mim. Juntos vivemos momentos especiais em nossas viagens para Encontros de Histórias. Foram muitas risadas que fizeram esses quatro anos de graduação mais leves. Em vocês também encontrei apoio relacionado às questões da faculdade.

À minha orientadora, Sidiana Macêdo, meu profundo agradecimento. Você foi fundamental para a concretização desse trabalho. Apresentou-me fontes até então desconhecidas por mim, que tiveram um papel central para o avanço da minha pesquisa. Muito obrigada por ter aceitado me orientar, pela disponibilidade e atenção.

A todos, muito obrigada.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	6
2 DA ORGANIZAÇÃO À INTENCIONALIDADE: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO IMPÉRIO ATÉ 1870	10
3 A FILANTROPIA COMO REDEFINIÇÃO DAS PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA E ENSINO	14
4 AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES E O PROJETO CIVILIZADOR DA EDUCAÇÃO COM BASE NA MORAL E DISCIPLINA	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
FONTES	24
REFERÊNCIAS	25

PARA QUE EDUCAR NO GRÃO- PARÁ? INSTRUÇÃO PÚBLICA E COLÉGIOS PARTICULARES (1862-1870)

Carla Ferreira Lopes do Nascimento

RESUMO

Este artigo analisa parte do papel desenvolvido por colégios particulares na organização da instrução pública no Grão-Pará entre 1862 e 1870. Investigam-se suas intervenções para a formação moral e social da população durante o período. A metodologia da pesquisa é de caráter qualitativo, baseada em análise documental e comparativa de estatutos manuscritos de instituições particulares, relatórios provinciais e o Ensaio corográfico sobre a província do Pará de Antônio Ladislau Monteiro Baena. Parte-se do princípio das teorias crítico-reprodutivistas discutidas por Dermeval Saviani, especialmente na concepção de Louis Althusser da escola como Aparelho Ideológico do Estado (AIE). Os resultados da análise comparativa apontam que, embora apresentassem diferenças quanto ao público atendido, os colégios compartilhavam de princípios comuns de formação de valores. Conclui-se que a atuação conjunta entre Estado e Colégios particulares fez da educação um instrumento de formação moral e de reprodução das hierarquias sociais no Grão-Pará.

Palavras-chave: Educação. Religião. Instrução. Moralização

1. INTRODUÇÃO

A estruturação da instrução pública no Império brasileiro, foi marcada por iniciativas tomadas tanto pela atuação do Estado quanto por instituições particulares de teor filantrópico¹. Diante disso, a educação passou a ocupar um lugar centralizado em debates sobre a formação social e modernização. No Grão-Pará, observa-se a criação e o funcionamento de estabelecimentos de ensino que atuaram na oferta de instrução, tanto para o público feminino quanto para o masculino. Essas instituições recebiam verbas do governo provincial, como fica evidente no relatório apresentado por Joaquim José D'Assis² em 15 de julho de 1864, no qual versa sobre a prestação destinada ao Collegio³ particular N. S. de Nazareth, esse apoio financeiro mostra que, mesmo essas instituições sendo de caráter privado, mantinham relações com o poder público provincial.

Estudos, como o de Bezerra Neto (2015)⁴, debruçam-se sobre a discussão do controle social como uma educação civilizadora. O texto “O recolhimento das Educandas”, instituição fundada em 1804 em Belém do Pará, tinha fins filantrópicos, inicialmente era destinado a meninas indígenas, mas logo se expandiu para órfãos e desvalidas, além de atender pensionistas. Em 1840, a província organizou regulamentos externos e internos que ditaram o cotidiano das jovens, reforçando desse modo a disciplina, o controle social e a instrução voltada para a moralização e os bons costumes. Tais medidas eram pertencentes a política civilizadora que buscava transformar as meninas em mulheres com utilidades, com a finalidade de prepará-las para a sociedade oitocentista.

¹ Ver sobre o tema: BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, p. 94–97.

² Diretor da Instrução Pública, em 1864.

³ A grafia “Collegio”, assim como as demais grafias que se apresentam ao longo do artigo, corresponde à forma utilizada nos documentos do período analisado nesta pesquisa. Dessa maneira, optou-se por manter as grafias originais, especialmente nas referências diretas aos colégios, a fim de preservar a fidelidade às fontes históricas utilizadas.

⁴ BEZERRA NETO, José Maia. O Cotidiano Mais do que Perfeito: Instrução e Sociabilidades Femininas sob Vigília no Recolhimento das Educandas (Belém – Grão-Pará, 1840). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 62, p. 98–120, maio 2015.

Outros setores governamentais, como o Juízo de órfãos, também atuaram na ação civilizadora da época. Sabino (2019)⁵ analisa essa atuação e seu impacto na educação, proteção e assistência aos pobres. O estudo mostra como a tutela judicial foi utilizada para organizar e controlar famílias pobres, a qual estabelecia um projeto civilizatório e moralizador para as crianças que eram consideradas desvalidas. A autora evidencia que o Juízo de Órfãos servia tanto para proteger como para explorar o trabalho dessas crianças e adolescentes, o que deixa claro os interesses das elites paraenses que usavam a filantropia para ter o amparo legal com o intuito de regular o convívio social e moral.

Diante do contexto, dispõe-se sobre o papel dessas instituições diante do governo imperial, como agentes ativos nesse sistema, tendo em vista que estavam inseridas no processo de organização pública, sendo que as instituições alternativas, como os institutos, atenderam à demanda do momento histórico, já que desempenhavam não somente uma função educacional, mas também como entidades de acolhimento e disciplinamento (BARBOSA, 2011, p. 70).

O recorte temporal da pesquisa compreende os anos de 1862 a 1870. Esse período corresponde aos Estatutos dos colégios analisados, bem como às demais documentações administrativas produzidas nessa faixa cronológica. A escolha de 1870 como limite final justifica-se, também, pelo fato de que, nos anos seguintes, ocorreram acontecimentos, como a promulgação da Lei nº 2.040, de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) que influenciam em debates acerca da modernização do Estado e da instrução pública na formação da cidadania.

Esses debates acerca da instrução pública ficam evidentes em trabalhos como o de Bezerra Neto (2021)⁶, que confirmam um aumento nas escolas primárias nos anos seguintes, segundo o autor, em leituras de relatórios entre 1860 e 1870 consta a criação de 31 escolas públicas primárias. Já nos anos de 1870 e 1880, foram criadas 143 escolas. Portanto, o período de 1870 a 1889, caracteriza-se por um maior incentivo à instrução primária, o que também se evidencia pelas várias reformas feitas entre 1874, 1886 e 1887, com o intuito de promover o ensino primário em razão de

⁵ SABINO, Elianne Barreto. Infância Pobre e Educação no Juízo de Órfão do Pará (1870-1910). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

⁶ Ver mais: BEZERRA NETO, José Maia. As luzes da civilização: instrução pública e reformismo civilizador (Pará - século XIX). *Estado, Igreja e instrução pública: práticas de reformas civilizadoras no Brasil escravista (Grão-Pará: séc. XIX)*. Curitiba: CRV, 2021.

seu caráter retrógado (BEZERRA NETO, 2021, p. 28-39). Assim, o estudo concentra-se na instrução pública anterior a essas transformações que contribuíram para a formação da educação paraense.

Logo, o objetivo desse estudo é analisar aspectos do papel exercido por colégios particulares na organização da instrução no Grão-Pará entre 1862 e 1870, com foco nas normas, valores e concepções de educação e filantropia, e compreender de que forma a educação funcionava como um instrumento de reprodução das estruturas sociais existentes no império, como demonstrado no relatório apresentado por Miguel Antônio Pinto Guimarães⁷, dirigido à Assembleia Legislativa provincial no dia 15 de agosto de 1869⁸:

Este assumpto por sua natureza de grande importancia, vos convida a sérios estudos: d'elle depende não só o engrandecimento moral e material da Província, como também a reforma nos costumes daquella parte da população immersa nas trévas da ignorancia. Estou convencido de que é a educação que dá ao homem esta somma de virtudes moraes e sociaes, que o distinguem no meio de seus semelhantes (GUIMARÃES, 1869, p. 5-6).

Guimarães evidencia como a instrução no império era concebida de uma forma primordial para promover o progresso moral e material da sociedade. Dessa forma, a educação era promovida não apenas como um meio de adquirir conhecimento, mas também como um mecanismo de formação de comportamentos considerados adequados à ordem social em vigor. Portanto, o homem dotado de valores sociais e morais poderia ser considerado civilizado, distinguindo-se daqueles considerados ignorantes.

A metodologia desta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado na análise documental de fontes administrativas do período, entre elas, Estatutos manuscritos de instituições de ensino; Collegio Nossa senhora de Nazaréth (1862), Collegio Nossa Senhora da Glória (1866) e Collegio da Conceição em Santarém (1869), além de Relatórios Provinciais referentes aos anos de 1862, 1864, 1867, 1869 e 1870 e o Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, de Antônio Ladislau Monteiro Baena, edição do Senado Federal, vol.30.

A pesquisa também dialoga com a produção historiográfica sobre a História da Educação no Pará, especialmente com estudos de José Maia Bezerra Neto (2021),

⁷ Vice-presidente da província em 1869.

⁸ Relatório que o Excellentíssimo Senhor Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães, segundo vice-presidente da província dirigio a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1869. Por volta da abertura da segunda sessão da 16ª, Legislatura da mesma assembleia.

Andreson Carlos Elias (2011), Ana Maria Leite Lobato (2015) que subsidiam a compreensão das relações entre instrução pública, assistência e filantropia. Será feito um cruzamento de dados dos Estatutos dos três colégios, relacionando-os com as informações presentes nos Relatórios Provinciais e com o Ensaio Corográfico, o objetivo é identificar permanências e especificidades na organização dos colégios, bem como compreender de que maneira essas práticas dialogavam com o projeto de moralização defendido pela administração provincial do Pará.

Toda essa documentação do período será utilizada para a análise e para a conclusão da pesquisa. Sobre a perspectiva analisada por Dermeval Saviani (1999), que discute as teorias não-críticas, as quais acreditam que a escola salva a sociedade, que a marginalidade é culpa dos indivíduos que não contêm o conhecimento, a escola nessa linha é autônoma, ou seja, ela está fora da sociedade, por isso consegue consertá-la. Logo, a função da escola é corrigir o desvio, integrar o marginalizado, promover justiça e igualdade social.

Por outro lado, as teorias crítico-reprodutivistas são as que criticam a escola, mas acreditam que ela só repete a sociedade. Ou seja, a escola não é autônoma, ela depende totalmente da sociedade em que está, são consideradas teorias críticas porque percebem que a educação é determinada por interesses de classes dominantes dessa forma, a função da escola é reproduzir a sociedade de classes, ela treina uns para mandar e outros para obedecer.

E nessa linha de teóricos analisados por Dermeval que se insere a teoria de Althusser chamada de “Teoria da escola enquanto aparelho ideológico do Estado (AIE)” na qual Althusser reconhece que a escola não é neutra, ela é determinada pela sociedade e serve aos interesses do Estado; ela impõe a ideologia dominante para que cada um aceite o seu lugar. É nessa linha de raciocínio que esta pesquisa se debruça para analisar parte do papel desenvolvido pela instrução pública em conjunto com instituições particulares para manter o sistema hierárquico do Pará Imperial.

Desse modo, esta pesquisa pretende contribuir para a compreensão da instrução pública no Pará no período analisado, evidenciando as relações estabelecidos entre o Estado e as instituições particulares na composição de um projeto educacional voltado à educação moral da população. Ao analisar Estatutos dos colégios e documentação administrativa do período, busca-se compreender como as concepções de educação, filantropia e civilização foram incorporadas às práticas de

educação como um instrumento de disciplinamento e reprodução de costumes aceitos pela ordem social em vigor. Busca-se destacar o papel dessas instituições na configuração de estratégias para a formação de sujeitos no contexto do Pará Imperial.

2. DA ORGANIZAÇÃO À INTENCIONALIDADE: A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO IMPÉRIO ATÉ 1870.

Por mais de dois séculos, a educação ficou a cargo de ordenanças religiosas, mais propriamente a dos jesuítas, eles foram responsáveis por criar as primeiras escolas primárias, por isso a educação era pautada em doutrinamentos cristãos que foram usados para difundir valores que moldavam a vida social e cultural, evangelizando os indígenas de acordo com seus preceitos, uma vez que buscavam garantir “[...] uma catequese mais eficaz junto aos catecúmenos e neófitos indígenas sobre sua tutela imediata” (ARENZ, 2016, p. 4). Ou seja, em contexto colonial, os jesuítas buscavam batizar as pessoas recém-convertidas ao cristianismo para através da educação efetivar suas missões.

Dessa forma, os jesuítas estabeleceram o Ratio Studiorum⁹, esse currículo definiu o ensino base em três anos de humanidades, que incluíam disciplinas como o latim, gramática e retórica, três anos de filosofia, que envolviam a lógica e introdução a ciências, e quatro anos de teologia, que eram para um estudo da corrente escolástica com foco na doutrina moral e análise bíblica. Essa metodologia buscou principalmente formar futuros missionários para atuarem nas missões jesuíticas (ARENZ, 2016, p. 3).

Para além da formação de missionários, a educação desenvolvida pelos jesuítas também desempenhava um papel político na sociedade colonial. Segundo Chambouleyron, Arenz e Neves Neto (2011) “o ensino ministrado pelos padres na Amazônia colonial tinha igualmente um sentido político muito claro” (CHAMBOULEYRON et al., 2011, p. 68). Ainda segundo os autores, os colégios fundados em Belém, o de Santo Alexandre, e em São Luís, o de Nossa Senhora da Luz, foram fundamentais para a compreensão da relação de atividades de ensino dos padres jesuítas e, igualmente os métodos políticos e econômicos pelos quais se organizaram na região. No entanto, essa educação era acessível principalmente para

⁹ O currículo Ratio Studiorum, trata-se de um documento construído com base nas práticas pedagógicas dos primeiros colégios jesuítas, que sistematiza normas relativas à formação interna. Ver mais: ARENZ, Karl Heinz. SEM EDUCAÇÃO NÃO HÁ MISSÃO: a introdução da formação jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). Outros Tempos, vol.13, n. 21, p. 1-20.

os filhos dos colonizadores, enquanto a maioria da população não tinha acesso a qualquer forma de instrução formal, esse cenário permaneceu nos séculos seguintes até o Marquês de Pombal passar a organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

Sebastião José de Carvalho e Melo¹⁰ instituiu o fechamento dos colégios Jesuítas e introduziu as aulas régias a serem mantidas pela coroa, isso se deu com o marco do alvará de 28 de junho de 1759¹¹, que passou a organizar a educação em um sistema similar a dos jesuítas baseado na seriação dos estudos. As aulas passaram a ser ministradas por meio de aulas isoladas, as aulas de primeiras letras e aulas de humanidades referenciavam o ensino das aulas régias (SILVA et al., 2018, p. 637). Nesse contexto, fica evidente que agora a educação passa a servir aos interesses do Estado em uma forma de modernização social.

No final do século XVII a presença de Frei Caetano Brandão¹² trouxe alguns progressos para a instrução pública, pois esteve ligada à criação de escolas de primeiras letras, à fundação de colégios para meninos e meninas órfãos e à formação profissional (PINTO, 2016, p. 4). Francisco de Souza Coutinho¹³, no mesmo ano, foi responsável por regulamentar o ensino público, dessa forma, em Belém se fundaram duas escolas primárias, três de humanidades e, no interior, treze escolas elementares (LOBATO, 2015, p. 255).

Com esse cenário, outra medida realizada em prol da educação foi a Lei de 15 de outubro de 1827¹⁴, que manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Em um de seus artigos:

Art 6º Os professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana,

¹⁰ Marquês de Pombal, nasceu em Soure, norte de Portugal em 13 de maio de 1699. Foi secretário de Estado de Portugal, entre 1750 e 1777, realizou uma série de reformas que ficaram conhecidas como Reformas Pombalinas.

¹¹ Ver mais em FALCÃO, Rafael Duarte. MEDEIROS NETA, Olivia, O Alvará de 28 de junho de 1759: qual reforma à educação? Diálogos e Diversidade, Jacobina - Bahia - Brasil, v. 1, n. e12768, p. 01-15, 2021.

¹² Dom Frei Caetano Brandão nasceu na Comarca de Estarreja, Portugal, a 11 de setembro de 1740. Estudou Teologia na Universidade de Coimbra já reformada pelo Marquês de Pombal (1699-1782) e foi religioso da Ordem Terceira da Penitência, ligada aos padres franciscanos.

¹³ Governador do Pará. Tomou posse em 15 de junho de 1790 e serviu até 22 de outubro de 1803. Ver mais em Obras raras do Centur, Índice chonologico dos Governadores e Presidentes do Pará de 1655 a 1888, pelo Major Francisco José de Souza Salles.

¹⁴ Portal Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada – Lei de 15 de outubro de 1827 - Publicação original disponível em <https://www2.camara.leg.br>

proporcionandos à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil (Brasil, 1827, art. 6º).

Nesse artigo, pode-se observar como o projeto imperial se fundamentou por meio da educação para obter um controle ideológico. Ao proferir a leitura da constituição do império, a lei obrigava a escola a ensinar a própria lei máxima, legitimando o poder em vigência. Além disso, o projeto civilizador também se fundamentava na igreja para garantir a ordem pela moral católica e formar pessoas obedientes, pode-se dizer que a escola virava a extensão da igreja e do estado.

A educação paraense chega à primeira metade do século XIX, com um cenário de fragilidade em relação à instrução pública descrito por Antônio Ladislau Monteiro Baena¹⁵. Segundo Baena, o estabelecimento da instrução pública, que ele descreve como base da moral da civilização, tem somente dois graus, sendo que o primeiro compreende as escolas destinadas ao ensino de ler e escrever, dos princípios e regras fundamentais da aritmética e das verdades morais do catecismo; os de segundo grau têm as escolas de gramática latina, de filosofia racional e moral, de teórica, de geometria e de língua francesa (BAENA, 2004, p. 203). No total ele descreve que, na comarca de Belém, há seis escolas de primeiras letras e seis de segundo grau, algumas dessas escolas não possuem professores para cumprir o currículo exigido pelo art. 6º da Lei de 1827, o que mostra uma distância entre o projetor civilizador imperial e a realidade da educação no Pará.

Para além do que já apontava Baena, relatórios provinciais¹⁶ também trazem dados sobre a quantidade de escolas, verbas destinadas, matrícula, frequência de alunos e pedidos de melhoramentos para a instrução, muitos se iniciam com falas que mostram claramente como a educação era concebida, à exemplo da fala de Joaquim José D' Assis¹⁷ “Creio que obrando desta maneira, approximamo-nos das nações mais cultas da Europa, e especialmente da Alemanha, dando à instrucção primária um complemento que lhe faltava” (ASSIS, 1864, p.7).

A fala é dirigida ao vice-presidente da Província, João Maria de Moraes, no qual é informado sobre o preenchimento da cadeira de música do Collegio Paraense,

¹⁵ Antônio Ladislau Monteiro Baena (Lisboa, 1782 - 1850), militar, geógrafo e historiador português. Chegou ao Pará, no Brasil, em 1803. Escreveu sobre a Corografia e História da região. É autor do *Compêndio das Eras da Província do Pará (1615-1823)* (1788) e do *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará* (1839). Ver mais em *Obras raras do Centur*, acervo digital.

¹⁶ Documentos produzidos pela administração da província e destinavam-se à Assembleia Provincial anualmente ou quando havia mudança da presidência.

¹⁷ Diretor da Instrução Pública em 1864.

passando a existir duas cadeiras: a pública, que já existia, e agora a preenchida. Entretanto, o que mais chama atenção nessa fala é o fato do ideal que se pretendia alcançar, que é estar em conformidade com as nações da Europa.

Contudo, as informações presentes nos Relatórios Provinciais do Pará, entre 1862 e 1869, revelam como estava a instrução pública nesse processo civilizatório. Havia constantes tentativas de ampliação da rede escolar paraense, contudo esse esforço não era suficiente, levando em consideração a baixa frequência dos alunos, como demonstrado no Relatório de 1864¹⁸; consta que, em 1863, existiam 92 escolas de instrução primária na capital e no interior da província, sendo 66 para o sexo masculino e 26 para o feminino; o total de matrículas entre os anos de 1861 a 1864, podemos observar na tabela abaixo:

Tabela - 1

Ano	Total de matrículas
1861	3.736
1862	3.552
1863	3.369
1864	3.582

FONTE: Assis (1864, p.10)

O atual diretor da instrução pública, Joaquim José D' Assis, mostra uma preocupação em relação à frequência dos alunos nos anos correntes: "O resultado desta comparação é que, tendo havido um decrescimento de alunos nas escolas em os annos de 1862 e 1863" (ASSIS, 1864, p. 10). Ele ressalva que o ano de 1864 é o que faz aproximar do ano de 1861, porém não é ideal a ser alcançado, não havendo nas escolas a assiduidade desejável.

Diante desse contexto de baixa frequência, o Relatório apresentado em 1867¹⁹ evidencia informações acerca das insuficiências das ações administrativas em prol da educação. D. Pedro Leão Vellozo²⁰ apesar de afirmar que "É de intuitiva demonstração a influência da instrução sobre os destinos do homem" (VELOZZO, 1867, p. 17) também reconhece que nada fez no intuito de melhorar a instrução pública da província, além de algumas visitas às escolas públicas.

¹⁸ Relatório apresentado ao Senhor Doutor, João Maria de Moraes (vice-presidente da província) pelo director da Instrução Pública Joaquim José D' Assis. Em 15 de julho de 1864.

¹⁹ Relatório que o Excelentíssimo Senhor presidente da província D. Pedro Leão Vellozo passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Senhor 1º vice-presidente Barão de Arary. 9 de abril de 1867.

²⁰ Presidente da província em 1867.

Por outro lado, o relatório de 1868²¹ mostra um aumento na quantidade de escolas primárias, passando de 92 nos anos anteriores para 98, sendo 73 para o sexo masculino e 25 para o feminino, no qual 3.950 eram alunos do sexo masculino e 858 do sexo feminino. Essa diferença de gênero no acesso à instrução reforça que o projeto educacional do império estava alinhado a uma lógica social hierarquizada. A instrução secundária funcionava no Collegio Paraense, que no ano correspondente, contava com 84 alunos externos, 22 internos e 20 meio-pensionistas.

O aumento na quantidade de escolas e de matrículas no ano seguinte mostra como o império estava focado no projeto civilizador, com a intenção de reformar os costumes do povo, esse pensamento está implícito em todos os Relatórios analisados nessa pesquisa. Dessa forma, chegam-se aos seguintes dados, que são apresentados à Assembleia Legislativa em 1869²², por ocasião da abertura da segunda sessão da 16ª. Legislatura. Nesse período existem 107 escolas do ensino primário, sendo 81 do sexo masculino e 26 do feminino, frequentadas por um total de 4.710 alunos, ficando dividido por 3.844 masculinos e 866 femininos.

Assim, ao final de 1869, a instrução pública foi marcada pela baixa assiduidade dos alunos, que causavam um questionamento ao discurso civilizador defendido por Joaquim José D' Assis, que visava aproximar o Brasil Imperial às nações cultas da Europa. A instrução pública estatal se apoiava também em colégios particulares, essa atuação mútua demonstra que a formação do indivíduo de acordo com os projetos imperiais não se deu apenas por leis e decretos, mas também por uma rede de práticas assistenciais que redefiniram o sentido de educar, passando de caridade para filantropia.

Portanto, a trajetória da instrução pública no Pará, no período analisado, evidencia que a educação esteve vinculada aos projetos de organização da sociedade. Inicialmente, foi conduzida pelos jesuítas com finalidade de catequização e formação religiosa, logo após, apropriada pelo Estado por meio de reformas pombalinas e políticas do Império. Assim, a escola passou a desempenhar um papel estratégico na difusão de valores morais, religiosos e cívicos que foram essenciais no

²¹ Relatório com que o Excellentíssimo Senhor vice- Almirante e Conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da província do Gram-Pará ao Excellentíssimo Senhor Visconde de Array 1º Vice-presidente. Em 6 de agosto de 1868.

²² Relatório que o Excellentíssimo Senhor Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães, segundo vice-presidente da província dirigio a Assembléa Legislativa provincial no dia 15 de agosto de 1869. Por ocasião da segunda sessão da 16ª Legislatura da mesma assembléa.

projeto civilizador. Entretanto, fontes do período mostram que o ideal a ser alcançado encontrou obstáculos para sua efetivação, como a insuficiência de escolas, professores e a baixa frequência escolar. Desse modo, é possível observar que, embora a instrução pública fosse entendida como um instrumento de civilização, sua implementação foi marcada por limites que mostram a distância entre o discurso oficial, como o de Joaquim José D' Assis, e a realidade educacional da província do Pará.

3. A FILANTROPIA COMO REDEFINIÇÃO DAS PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA E ENSINO.

Prosseguindo na lógica em que se consiste esse artigo, a instrução e a assistência sempre estiveram ligadas à motivação da educação para o trabalho e para civilizar as camadas populares no Império. Nesse sentido:

A instrução e a assistência estiveram muito próximas, envolvendo o Estado e a Igreja, e movidas tanto pela necessidade do controle social através da educação para o trabalho, como para civilizar os povos por meio da difusão dos valores morais e religiosos, principalmente para camadas mais baixas da população. Essa educação ocorreria, predominantemente, em instituições assistencialistas de ordens religiosas ou patrocinadas por recursos privados (FONSECA, 2008, p.1)

Entretanto, as práticas assistenciais tiveram mudanças no século XIX, passando de caridade para filantropia²³. Ou seja, antes só a igreja dava essa assistência aos pobres, no entanto, o Estado começa a assumir um papel mais ativo nesse processo com ideais que iam de encontro com o processo de modernização. No século XIX, a filantropia vinha com concepções novas e modernas isso se deu devido a “novos conhecimentos produzidos nos campos médicos e jurídicos introduziram mudanças na concepção de assistência: a preocupação com a salvação da alma desloca-se para a salvação do corpo e da sociedade” (RANGEL, 2010, p. 3).

Ou seja, em prol dessa salvação do corpo e da sociedade ocorre a laicização (RANGEL, 2010). Logo, o modelo de assistência que foi fundado pela caridade cristã passa para um novo modelo filantrópico orientado por uma racionalidade científica. Nesse contexto, muitos colégios particulares passaram a adotar um discurso

²³ Ver mais: NUNES, Francivaldo Alves. Interesses e sentimentos caritativos nas ações de filantropia no Brasil (caso da seca de 1877). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I, n. 1, jul. 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com>. Acesso em: 02 jul. 2025.

filantrópico, oferecendo vagas gratuitas para parte do público, embora mantivessem algumas cuja permanência dependia do pagamento de mensalidades, isso mostra que, essas instituições conciliavam objetivos educacionais, assistenciais e administrativos.

A consolidação da prática filantrópica no século XIX não fez desaparecer a ação religiosa sobre a educação, mas sua reorganização dentro de uma nova lógica de assistência “com isto, também vale chamar a atenção para as iniciativas criadas, mantidas e expandidas pelo aparelho do Estado, pelas Igrejas, empresários, filantropos e agentes da intelectualidade” (GONDRA et al. 2008, p. 11). Ou seja, a expansão e manutenção dessas instituições ocorreram de uma forma conjunta com o Estado, Igreja e agentes civis, o que inclui filantropos, que também foram responsáveis pela criação e manutenção de escolas, asilos, internatos e colégios, como veremos no próximo tópico desse artigo.

Logo, essa atuação entre os agentes envolvidos na educação deve ser compreendida em um contexto político na construção do Império. Nessa época, a educação passou a exercer um papel crucial e indispensável para a formação de uma população idealizada:

a constituição de aulas públicas, escolas, liceus, colégios, instituições de ensino primário, secundário e superior relacionava-se às preocupações com a “Formação do povo” e às intenções políticas mais amplas de construção da nacionalidade e dos espaços públicos (GONDRA et al., 2008, p. 30).

Nesse contexto, reformas eclesiais da Igreja Católica, como a romanização, procuravam igualmente atingir o clero e a população leiga (BEZERRA NETO, 2021, p. 53-55). Isso reforçou o papel da instrução na difusão de valores considerados adequados, é nesse cenário que se estabelece a atuação de Dom Macedo Costa²⁴ que esteve diretamente ligada ao projeto de reorganização social e religiosa e como um efetivo representante da matriz romanizadora no Brasil, ele buscou fortalecer a presença da igreja na esfera educacional.

Percebe-se a presença efetiva da igreja no campo educacional, já com o novo sentido referente à filantropia, na descrição das disciplinas que contemplavam o currículo escolar do período, principalmente quando se coloca que a base do ensino será na moral, disciplina e fé cristã:

²⁴ Ver mais: BEZERRA NETO, José Maia. O infatigável obreiro da civilização cristã: Dom Macedo Costa e o papel da instrução (Grão-Pará, 1861-1890). In: BEZERRA NETO, José Maia. Estado, Igreja e instrução pública: práticas de reformas civilizadoras no Brasil escravista (Grão-Pará: séc. XIX. Curitiba: CVR, 2021.

havia, então, pontos de contato entre as visões do clero católico romanizado e de determinados setores políticos das elites quanto ao papel dado à instrução pública na busca do progresso moral e material da sociedade brasileira, fazendo-se necessário compreender como a romanização veio contribuir para esse processo (BEZERRA NETO, 2021, p.59).

Logo, entender o papel desenvolvido por instituições particulares nesse processo civilizador ajuda a compreender como elas foram se adaptando ao novo poder vigente, principalmente ao que se refere ao currículo aplicado, às normas seguidas, ao regimento interno, bem como aos diretores responsáveis por essas instituições alguns eram escolhidos pelo presidente atual da província, que tomava como referência para a sua escolha a boa moral que o indivíduo dispunha socialmente.

4. AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES E O PROJETO CIVILIZADOR DA EDUCAÇÃO COM BASE NA MORAL E DISCIPLINA.

Como já dito anteriormente, os colégios particulares fizeram parte do projeto civilizador do Império, a finalidade da educação, disciplina e organização do cotidiano, currículo e conteúdos ensinados em sua maioria se assemelham às ideologias que permeavam o período. Ao comparar os Estatutos²⁵ do Collegio Nossa Senhora de Nazareth²⁶ (1862), Collegio Nossa Senhora da Glória²⁷ (1866) e Collegio da Conceição em Santarém²⁸ (1869), podemos observar de forma mais clara como era o funcionamento dessas instituições.

Vale destacar que os diretores dessas instituições desempenhavam papel fundamental na organização e condução dos colégios, sendo responsáveis pela aplicação dos princípios educacionais e disciplinares previstos nos estatutos. No Collegio de Nazareth, a direção estava sob responsabilidade de D. Maria Catharina de Araújo; no Collegio da Glória, de Anna Joaquina Ferreira Ribeiro Benjamim,

²⁵ Conjunto de leis que formalizam os princípios que norteiam a organização de um Estado, sociedade ou associação.

²⁶ No ano de 1870, o Collegio de N.S. de Nazareth contava com 47 alunas, das quais 29 eram internas e meio-pensionistas e 18 externas. Ver mais: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 17ª legislatura pelo quarto Vice – Presidente Dr. Abel Graça em 15 de agosto de 1870. Obras raras Centur.

²⁷ No ano de 1870, o Collegio de N.S. da Glória contava com 62 alunas, das quais 38 eram internas e meio-pensionistas e 24 externas. Ver mais: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 17ª legislatura pelo quarto Vice – Presidente Dr. Abel Graça em 15 de agosto de 1870. Obras raras Centur.

²⁸ No ano de 1870, o Collegio da Conceição contava com 27 alunos, das quais 12 eram internas e meio-pensionistas e 15 externos. Ver mais: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 17ª legislatura pelo quarto Vice – Presidente Dr. Abel Graça em 15 de agosto de 1870. Obras raras Centur.

Francisca Candida Benjamim e Anna Amelia Benjamim; e, no Collegio da Conceição, a direção era de Antonio Gentil Augusto e Silva.

O presidente da província em 1862, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, foi o mentor da fundação do Collegio de Nazaréth com o intuito de oferecer às meninas pensionistas que, não sendo desvalidas, procuravam o Collegio do Amparo como o único que então havia para o sexo feminino. Com esse objetivo, ele escolheu a diretora conforme valores do período, nomeando D. Maria Catharina de Araújo para assumir a direção, como podemos observar no Relatório de 1862²⁹ :

[...] procurei desde logo encontrar uma senhora, que reunindo todas as qualidades necessárias, fundasse um collegio de meninas pensionistas, para o qual affluissem aquellas que, não sendo desvalidas, procurarão o collegio do Amparo como unico, que então havia de educação para o seu sexo. Encontrando na pessoa da sr.^a D. Maria Catharina de Araujo Velho as qualidades desejaveis para aquelle fim, com ella celebrei o contracto, pelo qual fundou o collegio de N.S. de Nazareth (BRUSQUE, 1862, p. 82).

Nesse sentido, identificar os sujeitos que ocupavam os cargos de diretoria dos colégios permite compreender não apenas a organização interna dessas instituições, mas também as redes sociais e valores que orientavam esses espaços, sendo que eles eram responsáveis pela execução dos estatutos e pela condução do projeto educativo, estando diretamente ligados à elite imperial, como no caso da de D. Maria Catharina, que foi escolhida diretamente pelo presidente da província.

Vejamos abaixo um quadro sintetizado das principais características dos colégios, que foi elaborado a partir dos estatutos das instituições:

Tabela - 2

Aspectos	Collegio N.S. de Nazaréth (1862)	Collegio N. S. da Glória (1866)	Collegio da Conceição (1869)
Finalidade/Base disciplinar	Instrução moral, científica e doméstica	Educação completa a formar para o futuro verdadeiras mães de família	Educação física, moral e intelectual
Público	Feminino	Feminino	Masculino

²⁹: Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira Sessão da XIII Legislatura pelo EXMo. SENR. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1 de setembro de 1862. Obras raras Centur.

Localização	Belém do Grão-Pará	Belém do Grão-Pará	Santarém
Regime	Misto	Misto	Misto
Grau de instrução	Instrução primária e secundária	Instrução primária e secundária	Instrução primária e secundária

FONTE: Elaboração da autora com base nos Estatutos analisados (1862, 1866, 1869).

Como podemos observar no quadro, o ensino não era só conteúdo, mas também um modelo de cidadão. Os colégios voltados para a instrução feminina davam a instrução científica, mas seu principal objetivo era a formação com base na moral, que consistia no ensino religioso: “O estudo da religião tem de faser a base do ensino e será seguido com a atenção precisa, assim como os bons costumes, o asseio e bom porte” (COLLEGIO DE NAZARÉTH, 1862, art. 8º, p. 4). Esse artigo do estatuto deixa evidente qual era o pilar do ensino voltado para meninas.

Por outro lado, o colégio masculino de Santarém era mais utilitário ao formar para a vida pública um cidadão útil, letrado o suficiente para servir à pátria:

A educação physica consistirá no asseio e bem sustento e em exercicios gymnasticos. A moral será dada com doutrina christã e com a exacta observancia dos preceitos religiosos. A moral abrangerá a instrucção primária e secundária (COLLEGIO DA CONÇEIÇÃO, 1869, p.3).

Esse trecho do Estatuto expressa a lógica da educação no interior, que seria formar homens submissos e mentes instruídas o necessário para obedecer. A “educação physica” com o asseio e ginástica visava à saúde para o trabalho e à moral cristã, assim como nos colégios femininos garantiam a ordem “[...] vigilância e disciplinarização do cotidiano, visando estabelecer uma vida regrada pelo estudo, pelo trabalho e pela religiosidade” (BEZERRA NETO, 2021, p. 147).

O cotidiano escolar era o espaço onde essa disciplinarização se efetivava de fato, o regime dos colégios era fundamental para seu bom funcionamento na visão de seus diretores. O regime misto atendia alunos pensionistas³⁰, meio pensionistas³¹ e externos³² nos colégios masculinos e femininos analisados, e todos seguiam as regras

³⁰ Pensionistas; os alunos que moram no colégio.

³¹ Meio pensionistas; os que frequentam o colégio unicamente nas horas da aula e nele ficam para jantar.

³² Externas; os que só assistem as lições.

internas dos estabelecimentos. No caso dos colégios em questão, essas regras estavam dispostas em seus Estatutos, os quais delimitavam comportamentos do cotidiano, saídas e as relações hierárquicas entre os alunos e os funcionários dos colégios.

No art. 19º do Collegio de Nazaréth o enxoval das pensionistas era composto por: um leito de forro, um colchão e travesseiro comprido, uma bacia de rosto, seis fronhas, seis lençóis, três cobertas de chita, doze camisas, quatro camisas para dormir, doze pares de meia, doze lenços de mão, três toalhas de rosto, três toalhas para banho, onze baús, um laço para a roupa servida, um espelho, um pente fino, um pente para desembrilhar, uma escovinha para dentes, uma escovinha para unhas, três pares de sapatos para uso diário, dois pares de botinas, doze vestidos, seis anáguas, doze calças, um avental preto e um vestido para as religiosas nos dias santificados. Todos esses itens tinham que estar numerados e com o nome de quem lhes pertencia, além disso, todas as alunas, de qualquer classe, eram obrigadas a possuir uma cadeirinha com assento de palhinha almofada, tesoura e tudo o que mais fosse necessário para costuras e bordados.

No Collegio da Glória art. 7º, a aluna aceita para recolher-se no colégio deveria trazer roupa suficiente para o seu vestuário. Dessa forma, o enxoval era composto por duas redes, lavatório, toalhas de mãos, preparos para o tratamento dos cabelos e dentes, baú com suas iniciais, livros, papel, penas, lápis e tesoura. O vestido preto era parte indispensável do vestuário para assistir, juntamente com suas diretoras, aos ofícios divinos em qualquer templo.

No Collegio da Conceição art. 24º, os alunos deveriam trazer quatro calças e quatro jaquetas de ganga azul, uma calça e uma jaqueta de lã preta, um da mesma cor, dois pares de sapatos, doze pares de meias, seis ceroulas, doze lenços, doze camisas, gravatas, uma cama de lona, doze lençóis, duas cobertas, travesseiro e fronhas, um pente de alizar, outro fino, escova para dentes, tinta para sapatos, uma bacia, um vaso, tesourinha, canivete, tinteiro, papel, pena e livros das matérias que deveriam estudar.

A relação detalhada do enxoval mostra aspectos importantes da organização e da finalidade dessas instituições. Ou seja, mais do que atender às necessidades dos alunos, o enxoval também representava um mecanismo de padronização e disciplina. Havia uma preocupação com a ordem, asseio e a uniformização e as diferenças entre

os enxovais femininos e masculinos reforçam os papéis sociais atribuídos para meninos e meninas, enquanto, no colégio feminino, havia a obrigatoriedade de materiais destinados às práticas de costura e bordado, no masculino predominava peças mais ligadas ao vestuário do cotidiano e utensílios considerados necessários para a formação de futuros cidadãos, logo, o enxoval constituía parte do projeto educativo dessas instituições.

As saídas e visitas eram constantemente vigiadas, havia um grande receio de ferir a moral já introduzida nos alunos. Para isso eram tomadas medidas de controle total: “nenhuma aluna interna poderá passear sem ser em companhia da Directora, da Vice-directora ou de alguma professôra”(COLLEGIO DE NAZARÉTH, 1862, art. 11º, p. 5). Isto fazia parte do controle tanto nos colégios femininos quanto no masculino, onde a vigilância se tornava ainda mais rigorosa, os alunos não poderiam trazer consigo dinheiro, livros que não fossem de ciências, artes ou religião, brinquedos e jogos de cartas que o diretor não julgasse necessários eram recolhidos.

Constantemente estavam sob olhares de vigilância dos diretores e professores, até mesmo no recebimento de correspondências com familiares eram observados, fazendo com que esse controle alcançasse até mesmo as relações com o exterior: “Nem poderão receber cartas de pessoas de suas famílias que não vieram por intermédio de suas directoras” (COLLEGIO DA GLÓRIA, 1866, art. 16º, p. 7). Isso indica que as correspondências eram mediadas pela direção da instituição, funcionando como um mecanismo de fiscalização.

Além dessas medidas, os internos não podiam conversar com qualquer pessoa considerada estranha ao colegiado ou que não fosse de alta moralidade, proibição descrita nos estatutos: “E prohibido aos alumnos comunirem-se com pessoas externas ou com os serventes do collegio, sem prévia licença do director”(COLLEGIO DA CONÇEIÇÃO, 1869, art. 27º, p. 9). Essa proibição mostra a preocupação dos diretores em controlar as relações sociais, limitando contatos apenas com aqueles considerados compatíveis com os princípios que o colégio defendia.

Os ensinamentos também eram uma forma de moldar os alunos conforme os princípios estabelecidos pela elite, que visavam uma sociedade livre das trevas e da ignorância. Vejamos as disciplinas que compunham o currículo escolar nos colégios em questão:

Área de conhecimento	Collegio N.S. de Nazaréth (1862)	Collegio N. S. da Glória (1866)	Collegio da Conceição (1869)
Formação Moral e Religiosa	Doutrina cristã e seus exercícios	Doutrina cristã; Civilidades	Doutrina cristã; Catecismo
Formação Elementar	Ler e escrever; Gramática da língua pátria	Leitura; Caligrafia	Leitura; Escrita; Exercícios ortográficos
Línguas	Francês; Inglês; Italiano	Francês; Italiano	Francês; Inglês; Latim
Ciências exatas	Aritmética	Aritmética	Aritmética
Humanidades	Geografia; História	Gramática; Geografia	Gramática da língua nacional; Geografia; História do Brasil; Pedagogia
Artes prendas	Prendas domésticas; Bordas por diversas maneiras, fazer flores, fazer meias; Dança; Piano; Música vocal; Desenho; Pintura	Costuras; Marcas e bordados de todas as qualidades; Música vocal e instrumental; Piano; Dança.	Música; Desenho
Ofícios	-	-	Escrituração Mercantil
Exercícios Físicos	-	-	Ginástica

FONTE: Elaboração da autora com base nos Estatutos analisados (1862, 1866, 1869).

Como podemos observar no quadro acima, a doutrina cristã era a base presente em todos os colégios, a formação elementar se dava por meio da leitura e escrita. De modo geral, os colégios geralmente ofereciam o ensino de 3 línguas, além de conteúdos de ciências exatas, e sempre tinham em seu currículo a aritmética. As humanidades seguiam com geografia e história. O que se diferenciava nos colégios era o público atendido, os de educação feminina possuíam prendas domésticas, e o masculino contavam com ginástica e o ensino secundário com a escrituração mercantil.

Logo, percebe-se que a instrução pública não estava limitada somente à transmissão de conhecimentos, mas desempenhava um papel na formação moral dos alunos. A organização de disciplinas de forma diferenciada por essas instituições moldava os indivíduos para a manutenção de papéis sociais específicos, com distinção de gênero, e os preparava para funções que foram previamente incorporadas no Pará Imperial, conforme moldes europeus.

A imposição do currículo e da rotina não se dava apenas pelo convencimento, mas também era aplicada coerção. O Estatuto do Collegio da Conceição previa em um de seus artigos o sistema graduado de castigos:

§ 1º Deposição do lugar das aulas; § 2º Ler posto de pé ou de joelhos; § 3º Repreensão particular; § 4º Repreensão publica; § 5º Privação de recreio com ou sem tarefas de estudo; § 6º Privação de saídas; § 7º Reclusão simples ou com tarefa de estudo; § 8º Exclusão (COLÉGIO DA CONCEIÇÃO, 1869, art. 32º, p. 10).

Os castigos iam desde ler posto de pé ou de joelhos, repreensão particular ou pública e exclusão. Os professores poderiam aplicar os castigos previstos até o parágrafo três, os demais eram aplicados pelos diretores. O Collegio da Glória no art. 14º, dispõe que as penalidades aplicadas pelas faltas cometidas consistiam admoestação em reservado ou perante as companheiras, conforme a gravidade da falta, e que castigos violentos eram banidos, como o emprego da palmatória e a privação de alimentos, os castigos permitidos eram somente os que promovessem o estímulo. Igualmente, o Collegio de Nazaréth também proíbe castigos considerados impróprios de uma bem regradada educação e os substitui por correções.

Essa diferença pode indicar que a disciplina nos colégios femininos estava mais associada à vigilância permanente e ao controle da rotina. Os Estatutos do Collegio de Nazaréth no art. 29º, também determinavam que não poderiam residir, nem se hospedar ou circular no interior do colégio pessoas do sexo masculino que não fossem o marido da diretora, os empregados ou crianças menores de dez anos. Essa restrição pode estar relacionada à preocupação em preservar a moral e a reputação das alunas.

Já no colégio masculino, a descrição, de forma graduada, das punições revela uma preocupação em normatizar os mecanismos de coerção e disciplinamento, embora todos atribuíssem grande importância à manutenção da ordem. A existência de alguns desses castigos como mecanismos punitivos mostra que a vigilância se

materializava em punição moral, dessa forma, eram utilizados para a obediência e manutenção da ordem no ambiente escolar.

Vale ressaltar que esse ensino não se aplicava a todas as categorias atendidas nos estabelecimentos. O Collegio N. S. da Glória, por exemplo, admitia meninas gratuitamente a contento das diretoras, o critério utilizado era que pertencessem a famílias pobres e honestas. Essa prática insere-se no discurso filantrópico, no qual a educação das desvalidas era tida como uma forma de caridade moralizante logo, não se tratava de garantir um direito, mas de tutelar a pobreza, oferecendo uma instrução vigiada e limitada. Cada um recebia a educação que convinha à sociedade imperial, como aponta Bezerra Neto:

Às meninas, a direção da casa (mundo doméstico); aos meninos, a direção da rua (mundo da política). Aos pobres e desvalidos, o ensino primário e o aprendizado de um ofício; aos bem-nascidos, a instrução necessária ao exercício de postos de comando da sociedade. Enfim, para todos, conforme cada um, a formação necessária para alcançar o progresso material e moral do país, dispensada pela Igreja e pelo Estado de acordo com as visões de civilizações das elites na província do Grão-Pará (BEZERRA NETO, 2021, p.82).

Portanto, essa diferenciação na instrução estava subordinada às expectativas sociais designadas para cada grupo. As práticas religiosas, vigilância constante e controle de relações sociais dos alunos demonstram que a formação intelectual não estava separada da formação moral, ambas buscavam comportamentos adequados para alcançar os objetivos da ordem social estabelecida no Pará Imperial e educar o povo conforme sua classe social, reafirmando que o discurso civilizador estava atrelado à educação do período e que os colégios particulares tiveram um papel fundamental nesse processo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental comparativa feita sobre a instrução no Grão-Pará (1862-1870) permitiu compreender que o educar não estava limitado somente à educação primária ou secundária. Ela se inseria em projeto amplo de organização social, no qual instituições atuaram de forma articulada para a produção de comportamentos e valores que permitiram a inserção dos indivíduos na sociedade Imperial Paraense em ascensão. O procedimento metodológico possibilitou identificar permanências entre os três estabelecimentos de ensino que apesar das diferenças no currículo destinado

ao público atendido, todos compartilhavam princípios semelhantes de formação de condutas.

Nesse contexto, os colégios particulares assumiram uma posição essencial ao lado da administração da província. Para além de espaços destinados ao ensino, efetivaram ambientes de formação moral com base na disciplina. Os documentos verificados nos revelam que a disciplina ultrapassava limites internos, alcançando modos de convivência social até mesmo com os familiares dos alunos, com a finalidade de manter a ordem e não invalidar o que estava sendo imposto. As diferenças presentes na educação destinadas a meninas e meninos, estabeleciam distinção de grupos sociais e de gênero, deixando evidente que essa educação não era uniforme, mas buscava estabelecer uma ordem hierárquica no qual meninas eram educadas para serem boas mães de família e meninos para ocupar espaços públicos.

Desse modo, a pesquisa reforça a compreensão de que a educação, no Pará, participou ativamente no projeto civilizador desenvolvido no Brasil Imperial. Sob o discurso de salvamento de almas, a ação filantrópica se manteve presente com a intenção de salvar a população que estava imersa em trevas no período analisado. Assim, compreender essas experiências permite refletir não apenas sobre a educação, mas também sobre as múltiplas relações entre ensino, poder e sociedade presentes na formação histórica paraense.

FONTES

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. 432 p. (Edições do Senado Federal, v. 30).

BRUSQUE, Francisco Carlos Araujo. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira Sessão da XIII Legislatura pelo EXMo. SENR. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque em 1 de setembro de 1862*. Belém: Typographia do Diário do Gram-Para. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/product-category/relatorios>. Acesso em: 23 jul. 2026.

ESTATUTOS do Collegio de Santarém, 1869. BR PA CMA FJAPEP Cx: 21 Pt: 1869 Qt: 2. Disponível em: [https:// Catálogo de Instrução Pública](https://Catálogo de Instrução Pública). Acesso em: 22 jun. 2026.

ESTATUTOS do Collegio Nossa Senhora de Nazaréth, 1862. BR PA CMA F| APEP Cx: 21 PT: Jan|1862 Qt:1 Disponível em: [https:// Catálogo de Instrução Pública](https://Catálogo de Instrução Pública). Acesso em 22 jun.2026.

ESTATUTOS do Collegio de Nossa Senhora da Gloria, 1867. BR PA CMA F|APEP Cx: 21 Pt: 1867 Qt: 1. Disponível em: [https:// Catálogo de Instrução Pública](https://Catálogo de Instrução Pública) Acesso em: 22 jun. 2026.

GRAÇA, Abel. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 17ª legislatura pelo quarto Vice-Presidente Dr. Abel Graça em 15 de agosto de 1870*. Belém: Typ. Do Diario do Gram-Pará, 1870. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/product-category/relatorios>. Acesso em: 30 jun. 2026.

GUIMARÃES, Miguel Antônio Pinto. *Relatório que o Excellentíssimo Senhor Coronel Miguel Antônio Pinto Guimarães, segundo vice-presidente da província dirigio a Assembléa Legislativa provincial no dia 15 de agosto de 1869. Por ocasião da segunda sessão da 16ª Legislatura da mesma assembléa*. Belém: Typographia do Diario do Gram-Para. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/product-category/relatorios>. Acesso em: 30 jun. 2026.

LAMARE, Joaquim Raymundo de. *Relatório com que o Excellentíssimo Senhor vice-Almirante e Conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da província do Gram-Pará ao Excellentíssimo Senhor Visconde de Array 1º Vice-presidente. Em 6 de agosto de 1868*. Belém: Typographia do Diario do Gram-Para. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/product-category/relatorios>. Acesso em: 30 jun. 2026.

VELOZZO, D. Pedro Leão. *Relatório que o Excelentíssimo Senhor presidente da província D. Pedro Leão Velozzo passou a administração da mesma ao Excelentíssimo Senhor 1º vice-presidente Barão de Arary. 9 de abril de 1867*. Belém: Typographia do Diario do Gram-Para. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/product-category/relatorios>. Acesso em: 30 jun. 2026.

REFERÊNCIAS

ARENZ, Karl Heinz. Sem educação não há missão: a introdução da formação jesuítica no Maranhão e Grão-Pará (Século XVII). *Outros Tempos*, vol.13, n. 21, p. 1-20. ISSN: 1808-8031.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto Paraense de Educandos Artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. 2011. Dissertação

(Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BEZERRA NETO, José Maia. *Estado, Igreja e instrução pública: práticas de reformas civilizadoras no Brasil escravista (Grão-Pará: séc. XIX)*. Curitiba: CRV, 2021.

BEZERRA NETO, José Maia. O Cotidiano Mais do que Perfeito: Instrução e Sociabilidades Femininas sob Vigília no Recolhimento das Educandas (Belém – Grão-Pará, 1840). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 62, p. 98–120, maio 2015.

CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz; NEVES NETO, Raimundo Moreiras das. Quem doutrine ensine os filhos daqueles moradores: A companhia de Jesus, seus colégios e o ensino na Amazônia Colonial. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 61-82, out 2011 – ISSN: 1676-2584.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 535-544, set./dez. 2008.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

LOBATO, Ana Maria Leite. A instrução pública paraense no século XIX: breve percurso histórico. In: XIV ENCONTRO CEARENSE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (ECHE); IV ENCONTRO NACIONAL DO NÚCLEO DE HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO (enhime), 2015, Fortaleza, CE. *Anais [...]*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

PAVÃO, Eduardo Nunes Alvares. Balanço histórico e historiográfico da assistência à infância “desvalida” no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – anpuh, 26., 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-18. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2011-07/1312775051_ARQUIVO_trabalhofinalrevistoANPUH2011.pdf. Acesso em: 6 jun. 2026.

PINTO, Jefferson de Almeida. Dom Frei Caetano Brandão (1740-1805): historiografia, memória e ideias políticas. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17., 2016.

RANGEL, Rosangela Faria. A laicização da assistência social na Primeira República. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. *Memória e Patrimônio: Anais do XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro*. 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 16. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo; v. 1).

SILVA, Alexandre Ribeiro da; SIMÕES NETO, José de Caldas; RODRIGUES, Katissa Galgania Feitosa Coutinho. Estrutura e funcionamento do ensino no período pombalino no Brasil. *Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, v. 12, n. 41, p. 637-648, 2018. DOI: 10.14295/online.v12i41.1247. Disponível em: <https://online.emnuvens.com.br/id/article/view/1247>. Acesso em: 6 jun. 2026.

SABINO, Elianne Barreto. Infância Pobre e Educação no Juízo de Órfão do Pará (1870-1910). 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.